



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008523-25.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **JOSELAINE ORLANDINI**
Requerido: **ALDAIR ANTONIO DOS SANTOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que viveu em união estável com o réu e que quando de sua dissolução ele se comprometeu a ratear o pagamento do IPTU incidente sobre imóvel que seria doado aos filhos.

Como o réu assim não agiu, almeja à sua condenação ao pagamento da quantia respectiva.

Os documentos que instruíram o relato inicial respaldam a versão da autora, especialmente quanto à obrigação noticiada assumida pelo réu (fl. 12).

Já ele em contestação se limitou a esclarecer que teria parcelado o pagamento do tributo relativo aos anos de 2016 e 2017, além de ressaltar que o do ano em curso estaria sendo quitado pelo inquilino, segundo crê.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

As alegações do réu estão desacompanhadas de um indício sequer que lhes conferisse verossimilhança.

Inexiste nos autos algo de concreto para ao menos indicar que o parcelamento do IPTU de 2016 e 2017 concernente ao imóvel foi diligenciado por ele, ao passo que nada foi assentado quanto aos anos de 2014 e 2015.

Como se não bastasse, o réu não pode ser beneficiado pelo fato do inquilino estar pagando o tributo no ano em curso, porquanto isso ao que consta passou a ocorrer somente a partir do mês de julho e, o que é mais relevante, apenas será tomado em consideração quando de sua quitação plena ou parcelamento, o que não se implementou por ora.

De qualquer sorte, poderá o réu em cumprindo a obrigação que espontaneamente contraiu pleitear oportuna compensação junto à autora, se o desejar.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento da postulação vestibular à míngua de dados sólidos que se contrapusessem a tanto e que atuassem em prol do réu.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 876,90, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 05 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**